



A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA 4^a CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE MENTAL DE PELOTAS - QUE LUGAR É ESSE?

LUIZA RIGHI CENCI¹; JOSUÉ BARBOSA SOUSA²; LIAMARA DENISE UBESSI³

¹ Universidade Federal de Pelotas – *luizarcenci@gmail.com*

² Secretaria Estadual de Saúde/RS – *josue.bar.sousa@gmail.com*

³ Universidade Federal do Pampa – *liamaraubessi@unipampa.edu.br*

1. INTRODUÇÃO

O controle social é um dos princípios do Sistema Único de Saúde, institucionalizado pelas leis 8080/90 e 8.142/1990, que dispõem sobre a criação de Conselhos e Conferências de Saúde como espaços de participação social nas esferas de gestão municipal, estadual e federal. Além de, no parágrafo 4º, prever a representação paritária entre usuários e demais segmentos nestes espaços. (BRASIL, 1990). O controle social viabiliza a participação da comunidade na formulação de políticas públicas, execução, acompanhamento, fiscalização e controle das ações do Estado em defesa do direito à saúde, consideradas as especificidades de cada região brasileira (FIOCRUZ, 2017).

A 8^a Conferência Nacional de Saúde, que ocorreu em 1986, deliberou por mudanças nas formas de realização das Conferências, dentre estas a realização de Conferências temáticas, fazendo com que, no ano seguinte, fosse realizada a 1^a Conferência Nacional de Saúde Mental. Esta, teve como tema de destaque a urgência de um novo modelo de assistência em saúde mental diferente do centrado na institucionalização das pessoas em manicômios/hospitais psiquiátricos, sendo um modelo pautado nos princípios do movimento da Reforma Psiquiátrica. Além disso, recomendou a reformulação da legislação vigente sobre os direitos e deveres da pessoa em sofrimento psíquico e debateu sobre as questões econômicas do país e sociedade na responsabilidade com os processos de produção de saúde. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL, 1988). Nestes 36 anos, foram realizadas apenas quatro Conferências Nacionais de Saúde Mental e, atualmente, está sendo construída a 5^a Conferência Nacional de Saúde Mental.

Considerando as datas estipuladas pelo Conselho Nacional de Saúde, referentes à 5^a CNSM (prevista para maio de 2023), foram realizadas, até 30 de abril de 2022, as conferências na esfera municipal. Entre elas, a 4^a Conferência Municipal de Saúde Mental de Pelotas/RS (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2021; 4a CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE MENTAL, 2022).

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de participação estudantil na 4^a Conferência Municipal de Saúde Mental de Pelotas/RS, discutindo a necessidade e importância da presença de estudantes nesses espaços de debate e construção de propostas referentes à saúde mental. Essa presença, já essencial em tempos de pensar novas políticas, se faz ainda mais necessária atualmente, em época de desmonte da Política Nacional de Saúde Mental (CRUZ; DELGADO; GONÇALVES, 2020).

2. METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência da participação de estudantes da área da saúde e humanas, dentre estes uma acadêmica de segundo semestre do curso

de Psicologia, na Comissão de Relatoria da 4^a Conferência Municipal de Saúde Mental no município de Pelotas-RS, que ocorreu nos dias 11, 18 e 25 de fevereiro e quatro de março de 2022. Contou com a participação de usuários, gestores, trabalhadores e prestadores do município.

A colaboração ocorreu de forma voluntária, por convite da Comissão Organizadora responsável pela relatoria da 4a Conferência. Participaram Comissão de Relatoria: acadêmicos dos cursos de Enfermagem, Terapia Ocupacional e Psicologia, com o registro das discussões e propostas apresentadas e aprovadas ou não pela maioria, com a utilização de software *online* de edição de textos da plataforma Google (4a CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE MENTAL, 2022).

A 4a Conferência ocorreu de forma remota, via plataforma de reuniões *online da Google*. O evento foi amplamente divulgado nas redes sociais e serviços da rede de atenção à saúde, serviço social e educação, dentre outros. Foi dividido em quatro eixos de debates, previamente propostos pelo Conselho Nacional e Estadual de Saúde e aprovados no Conselho Municipal de Saúde de Pelotas, quais foram: I- Política e liberdade; II - Gestão, financiamento e participação social; III- Políticas de saúde mental; e IV- Saúde mental na e pós pandemia COVID 19, cada eixo distribuído nas datas já mencionadas (4a CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE MENTAL, 2022).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A excepcionalidade do momento da pandemia da covid 19 exigiu que o ambiente da 4^a Conferência Municipal de Pelotas fosse virtual, o que dificultou o acesso, especialmente de usuários. Ainda assim, houve grande adesão ao evento, e uma representação bastante significativa dos usuários, principalmente os dos serviços de saúde mental. A coordenação e mediação da 4a Conferência também foram feitas, em sua maior parte, por estes usuários. Foi colocado telão em somente um dos oito CAPS da cidade, para usuários e trabalhadores que não poderiam participar de suas casas ou que estivessem no serviço naquele momento.

Durante 4a Conferência, as propostas foram recebidas de diversas formas: via e-mail, aplicativo de mensagens *whatsapp, chat* da reunião *online* e via microfone livre virtual, que esteve liberado durante todos os dias do evento e facilitou essa forma de participação. A maior parte dos debates aconteceu justamente com usuários e trabalhadores que abriram o microfone e falaram sobre as suas vivências nos serviços que frequentam. A partir desses relatos, as falas eram finalizadas com a apresentação de propostas relacionadas ao problema apresentado, bem como muitas outras. A Comissão de Relatoria foi responsável por sistematizar as propostas e relatos apresentados na plenária da 4a Conferência.

Também foi criado um grupo em um aplicativo de mensagens instantâneas, no qual eram comunicadas dificuldades de acesso, solicitações de suporte tecnológico e propostas, em especial por parte dos usuários. Esse era o canal de comunicação mais movimentado e mais direto entre organização e demais participantes. Por mais que os *links* de acesso fossem divulgados amplamente e houvesse transmissão nas redes sociais, o grupo foi um facilitador do contato e diálogo.

A votação das propostas foi o momento de maior dificuldade, sendo realizada pela plataforma de formulários da Google, poucos dias depois do encerramento da conferência. Foi observado que, tanto pela dificuldade de acesso quanto pela diminuição de contato após o encerramento do evento, o formulário teve um número de respostas bastante inferior ao esperado. Frente a isso, surgem questionamentos sobre o quão a pandemia fragilizou a participação social justamente



neste cenário de desmonte do SUS e de suas instâncias de gestão e controle social.

Observou-se que houve pouca implicação da gestão municipal em facilitar esse acesso e o que foi viabilizado, foi possibilitado pelos movimentos sociais, instâncias de controle social e universidades, com destaque para os cursos de Enfermagem, Psicologia e Terapia Ocupacional. Entretanto, o controle social no SUS é uma pauta que pertence a todas as áreas, e a todas as pessoas.

O último dia da 4a Conferência foi o que teve menor adesão, contando com 56 presentes. Destes, somente 17 concluíram o envio do formulário de propostas a serem encaminhadas para a etapa Estadual e, dos 17, pelo menos nove eram estudantes da graduação ou integrantes da comissão de relatoria (4a CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE MENTAL, 2022). Ao conhecer e participar deste processo é notório que facilita o engajamento estudantil e das pessoas com esta instância de gestão do SUS, pois sem conhecer, como se envolver?! Ao mesmo tempo, há pouco incentivo à participação popular e cidadã de modo geral nas Conferências de Saúde, na luta pelo direito à saúde e ao cuidado em liberdade, como bens sociais, o que coloca à formação em saúde novas agendas.

Tendo posto a importância do ambiente das Conferências de Saúde Mental e as dificuldades impostas pela pandemia, é importante ressaltar que a participação vai além do controle social e sinaliza a necessidade de demarcação na legislação do SUS do controle social em saúde mental. Foi uma experiência motivadora, que ampliou a perspectiva de atuação na saúde pública, mental e coletiva, mesmo que já era um interesse anterior ao ingresso no ensino superior.

Os debates que ocorreram deslocam-se das práticas ainda hegemônicas no SUS, colocando os acadêmicos em contato com outros saberes, não menos científicos: o saber popular, o saber da expertise por experiência. Os usuários trouxeram relatos que não só tocam e afetam, mas também que mobilizam a quem ouve para a construção de um cuidado que vá ao encontro da reforma psiquiátrica antimanicomial. Foi uma oportunidade de ir mais a fundo do que o estudo acadêmico em sala de aula e literatura poderia proporcionar, pois foi uma prática experimental, vivida em ato, nesses ambientes em que se pode ouvir quem esteve institucionalizado, atualmente é acompanhado na RAPS e segue na luta disparada em 1978: por uma sociedade sem manicômios, pelo cuidado em liberdade e para que não haja retrocesso nas políticas públicas.

4. CONCLUSÕES

Entende-se que a participação social na saúde mental é importante pois viabiliza o diálogo entre os anseios, queixas e dúvidas da população com as instâncias de governo, sendo, no entanto imprescindível garantir não apenas a participação como a possibilidade do controle social, mas de uma sociedade mais inclusiva e afetiva com os seus.

A participação na 4a Conferência se deu estando no segundo semestre do curso de Psicologia. A partir disso, foi concluído que, atualmente, como estudante, no segmento dos usuários, é possível construir uma visão mais ampla desses espaços, porque, ao mesmo tempo que se acompanha todo o debate que acontece na universidade e entre trabalhadores dos serviços, toda a vivência que se tem é como usuária. Essa é uma perspectiva que se amplia para uma participação futura, que ocorrerá por outros segmentos. Por fim, estar nesse lugar de participação convoca ao exercício da cidadania para além de um espaço de formação, a entender

que sem liberdade não há cuidado possível em saúde mental e a se engajar no fomento à participação social em saúde e em saúde mental.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE MENTAL. Pelotas, 2022. Online. Disponível em: <https://www.facebook.com/cms.pelotas/videos/1282426578935281>; <https://www.facebook.com/cms.pelotas/videos/240247981643332>; <https://www.facebook.com/cms.pelotas/videos/495980208543550>; <https://www.facebook.com/cms.pelotas/videos/5485767244786557>

BRASIL. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Acessado em 12 ago 2022. Online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

BRASIL. Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Acessado em 05 ago 2022. Online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental, Brasília, 2021. Acessado em 08 ago 2022. Online. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/5cnsm>

CRUZ, N. F. O; DELGADO, P. G. G; GONÇALVES, R. W. Retrocesso da reforma psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 1-20, 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Participação Social. PenseSUS, Rio de Janeiro, 2017. Acessado em 07 ago. 2022. Online. Disponível em: <https://pensesus.fio-cruz.br/participacao-social>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. I Conferência Nacional de Saúde Mental. Relatório Final, Brasília, 1988. Acessado em 07 ago. 2022. Online. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0206cnsm_relat_final.pdf